



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA - SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE DEZEMBRO DE 2021 - Nº3/2021 - MANDATO 2021-2025

---Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, nesta vila de Alpiarça, reuniu a Assembleia Municipal de Alpiarça, em Sessão Ordinária, por videoconferência, via Teams, cuja Mesa é composta pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, que foi secretariada pela Senhora Primeira Secretária Alzira Maria Nunes Cunha Marques Agostinho e pelo Senhor Segundo Secretário Artur Jorge Fernandes Sanfona-----

---Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais:-----

- Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira (Partido Socialista)-----

- Mário Fernando Atracado Pereira (Coligação Democrática Unitária)-----

- Alzira Maria Nunes da Cunha Marques Agostinho (Partido Socialista)-----

- João Pedro Antunes Osório (Coligação Democrática Unitária)-----

- Abel Ferreira Melro Pedro (Partido Socialista)-----

- Anabela Feliciano da Costa (Coligação Democrática Unitária)-----

- Armindo Pinto Batata (TPA - Todos por Alpiarça)-----

- Rita João Conin Pinto (Partido Socialista)-----

- João Silva (Coligação Democrática Unitária), em substituição de Celestino Tomaz Brasileiro -----

- Marta Sofia de Oliveira Piscalho (Partido Socialista)-----

- Fernanda Maria Maia Nunes Fragoso Garnel (Coligação Democrática Unitária)-----

- Artur Jorge Fernandes Sanfona (Partido Socialista)-----

- Miguel Miranda (Coligação Democrática Unitária)-----

- João Pedro Vences Rosa do Céu (Partido Socialista)-----

- Ana Almeida (Coligação Democrática Unitária) em substituição de Ana Rita Campos Fernandes -----

- Jorge Manuel Ferreira da Costa (Representante da Junta de Freguesia)-----

---Verificou-se, igualmente, a presença dos seguintes elementos do Executivo Municipal:-----

- João Pedro da Costa Arraiolos (Coligação Democrática Unitária)- -----

- Jorge Manuel Claudino de Freitas (Partido Socialista) - -----

- Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo (Coligação Democrática Unitária)-----

- Ana Margarida Vences Rosa do Céu (Partido Socialista) - -----

---**A ordem do dia foi a seguinte:**-----

Ponto 01 - Informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, acerca da atividade do Município e da sua atividade financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para conhecimento.-----

Ponto 02 - Relatório Preliminar - Estratégia Local de Habitação de Alpiarça. Para conhecimento.-----

Ponto 03 - Proposta de emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso. Para deliberação.-----

Ponto 4 - Proposta de autorização de compromisso plurianual para a Empreitada de Obras Públicas de Requalificação da Escola EB 2,3/S José Relvas de Alpiarça. Para deliberação.-----

Ponto 05 - Proposta de atribuição de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis. Para deliberação.-----

Ponto 06 - Proposta de Documentos Provisoriais para o Ano de 2022. Para deliberação.-----

--- A sessão foi aberta pela Senhora Presidente da Mesa, Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, pelas quinze horas e vinte minutos.-----

--- A Presidente da Mesa informou que estavam ausentes a Senhora Presidente Sónia Sanfona, o Senhor Deputado Celestino Brasileiro e a Senhora Deputada Ana Rita Fernandes substituídos pelos Senhor Deputado João Silva e a pela Senhora Deputada Ana Almeida, respetivamente.-----

---**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**-----

---A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Eduardo Costa.-----

-- O Senhor Eduardo Costa interveio sobre a questão do preçário imposto pela empresa Águas do Ribatejo mas, antes de introduzir o tema, esclareceu, a propósito de um incidente ocorrido na última reunião desta Assembleia, envolvendo o Senhor Deputado Armindo Batata, que era munícipe, habitando havia mais de 30 anos em Alpiarça e que a sua presença na Assembleia se fundamentava no Regimento aprovado a 30 de abril de 2018, nomeadamente nos artigos 18º e 26º. Após este esclarecimento, afirmou que não deveria haver opacidade e mau serviço na empresa Águas do Ribatejo o que, na sua opinião, provocava um descontentamento generalizado que tinha a ver com as redes envelhecidas que provocavam a baixa pressão, a cor da água e as faturas milionárias apresentadas que resultariam do problema de estimativas e dos contadores que, existindo de três tipos, se iria optar pelos eletrotécnicos que, além de contarem a água e o ar também contavam problemas de eletricidade estática. Considerou, igualmente, que, na sua opinião, a referida empresa andava a fazer um défice de investimento em Alpiarça, comparativamente com os restantes concelhos, lamentando que os representantes do município nunca tivessem votado contra estas situações e pedindo que, de futuro, os autarcas estivessem mais atentos não só aos tarifários, mas também aos investimentos e à respetiva concretização em Alpiarça. -----

---Interveio o senhor João Serrano, começando por expressar a sua surpresa pela forma como estavam organizadas as intervenções na Assembleia, já que, segundo afirmou, na reunião anterior não tinha intenção de intervir mas, no decurso de uma ou outra questão que tinha sido colocada, tinha achado por bem, den-

tro do período dos trinta minutos inicial, pedir a palavra. Este pedido tinha-lhe sido negado pelo facto de não se ter inscrito anteriormente. Seguidamente, lamentou que as atas da Assembleia Municipal não registassem qualquer tipo de comentário ou referência às intervenções efetuadas pelo público, solicitando que, futuramente, essa situação fosse revista e fossem incluídas as intervenções dos munícipes. Posteriormente, expressou a sua surpresa pela forma como a Senhora Presidente da Assembleia tinha sido atropelada por pessoas de uma determinada bancada que, pela sua interpretação, tinham tido a intenção de deneigrir a figura da primeira pessoa politicamente responsável no concelho. Finalmente, considerou que o facto de se prolongar a discussão dos pontos da ordem de trabalhos, afastava o público o que, defendeu, não era bom para a democracia.-----

---A Senhora Presidente da Mesa agradeceu e, no respeitante à intervenção do Senhor João Serrano referiu que, quando ele tinha pedido a palavra já se tinha iniciado o ponto seguinte da ordem do dia. No entanto, no final da reunião, no período destinado ao público, tinha tido o cuidado de perguntar ao munícipe se pretendia intervir. Em relação à forma como os trabalhos tinham decorrido, a Presidente afirmou dar-lhe razão visto também ter sentido o mesmo em relação à sua pessoa. Acrescentou, ainda, ter-se sentido um pouco melindrada e ser sua intenção fazer tudo para que o respeito predominasse entre todos. Admitiu que, sendo a primeira reunião, alguns aspetos pudessem não ter corrido bem da sua parte, afirmando a sua intenção de melhorar, esperando que todos o fizessem já que tal processo não dependeria, exclusivamente, de si. Posto isto, passou a palavra à Vice- Presidente.-----

---Interveio a Senhora Vice-Presidente que, relativamente à situação apresentada pelo Senhor Eduardo Costa, referiu existirem, efetivamente, dados pormenorizados dos investimentos da referida empresa, comprometendo-se a fazer esse e outros levantamentos de dados sobre o assunto e, eventualmente, divulgá-los junto da população. Relativamente à intervenção do Senhor João Serrano, afirmou que se iria ter em atenção a questão do conteúdo das atas. -----

---A Senhora Presidente da Mesa agradeceu e deu por terminado o período de intervenção do público.-----

---PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.-----

---A Senhora Presidente da Mesa deu início ao período antes da ordem do dia, conferindo as respetivas inscrições para o mesmo e dando a palavra aos membros inscritos.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal João Osório que começou por questionar quais os critérios do Executivo no respeitante à atribuição dos cabazes de Natal e a quem foram distribuídos. Posteriormente, indagou sobre a página da Assembleia Municipal que se encontrava em manutenção. Finalmente, aludindo a uma intervenção do público, declarou que, o assumir certos e determinados cargos implicava ser, também, fiscalizado e que não se era sufragado só durante o ato eleitoral, mas durante todo o mandato, pelo que, legitimado pela população de Alpiarça podia fazer as intervenções, quaisquer que fossem, propícias e adequadas sobre a intervenção e o trabalho da Mesa, chamando a atenção quando achasse que não se agia de acordo com o Regimento da Assembleia. Concluiu, afirmando que, em mandatos anteriores, os eleitos do PS gozavam com o Presidente da Mesa quando algo corria menos bem.-----

---Foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal Fernanda Garnel que expressou o seu descontentamento, relativamente ao que considerou ser uma clara falta de respeito pelos eleitos já que tinham existido convocatórias mal efetuadas, em duas Assembleias tinham sido convocados cinco vezes tendo, na primeira Assembleia, sido convocados para uma Assembleia Extraordinária com o artigo a dizer o contrário, no dia seguinte para uma Assembleia Ordinária com a troca de horários e para a presente sessão, foram

convocados para uma Assembleia cujo horário tinha mudado novamente. Relembrou que, anteriormente, sempre tinha sido exigido pelo PS (Partido Socialista) que as reuniões da Assembleia Municipal fossem realizadas em horário pós-laboral e na véspera ou de fim de semana ou de feriados, tendo existido eleitos que tinham abandonado a sessão após a meia noite porque, no dia seguinte, era dia de trabalho. Posto isto, pediu que as reuniões da Assembleia fossem apenas realizadas em horário pós-laboral e bem convocadas. Abordou, de seguida, o assunto da poda efetuada nas árvores do largo da feira. Na sua opinião tinha-se tratado de poda assassina, na medida em que este tipo de poda, nesta altura e deste tipo não devia ser realizada, em virtude de enfraquecer a árvore, solicitando que, numa próxima vez, se consultassem especialistas no assunto cujos artigos estão disponíveis.-----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal Anabela Costa, a qual questionou sobre a constituição da Mesa desta Assembleia, tendo constatado que a Senhora Presidente se tinha esquecido de apresentar a Mesa e de auscultar a Assembleia ou se a Mesa era outra e a Senhora Deputada não tinha percebido. De seguida, considerou que, tanto os horários das reuniões da Assembleia, como as convocatórias tinham sido uma balbúrdia, uma desorganização, considerando, também, não haver necessidade de convocar uma Assembleia por videoconferência, visto a Senhora Presidente da Câmara estar a ser substituída. Para além de que as reuniões marcadas para horário laboral traziam transtornos a quem trabalhava, visto que aos deputados que trabalhavam tinham que justificar, junto das suas entidades patronais, informando que eram eleitos. A Senhora Deputada passou a expor que, em determinada altura, quando a CDU tinha vencido eleições, tinha nomeado para o GAP os Senhores Celestino Brasileiro e João Osório que eram, então, Deputados Municipais. A bancada do PS ter-se-ia indignado com a referida situação. Contudo, segundo a Senhora Deputada, neste mandato a filha do Presidente da Fundação José Relvas era Vereadora e representante da Autarquia na Fundação José Relvas e Deputados Municipais eram eleitos na Assembleia Municipal e juristas da Autarquia. Finalmente, pediu para ser esclarecida sobre os termos e razões da vinda da Senhora Ministra da Agricultura ao concelho de Alpiarça.-----

---Foi dada a palavra ao senhor Deputado João Pedro Silva que começou por referir que o horário da reunião lhe tinha causado constrangimentos a nível laboral. Frisou ser residente no Frade de Cima e questionou sobre a situação de uma obra do alcatroamento de quatro das ruas do Frade de Cima. Referiu, também, que a estrada que ligava a nacional ao Frade de Cima, a seguir à zona da ETAR, na zona das pinheiras, estava intransitável na faixa da direita de quem vinha no sentido do Frade de Cima, indagando se o Executivo tinha previsto algum contacto com o dono das pinheiras com vista à solução do problema da estrada.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Armindo Batata, o qual solicitou ser informado sobre se a Senhora Presidente iria dar conhecimento do expediente da Mesa. Esclareceu que, ao pedir à Senhora Presidente para obter dos elementos do público, o nome, a morada e o assunto do pedido de esclarecimento estava, rigorosamente, a seguir o disposto no Regimento da Assembleia. Adiantou, ainda, que tinha intervindo na Assembleia anterior em quase todos os pontos e gostaria que a Senhora Presidente o informasse se, em alguma dessas intervenções, tinha atropelado o Regimento ou se tinha sido menos correto relativamente às interpretações que tinha feito, sendo, igualmente, importante ouvir a palavra da Senhora Presidente sobre as críticas que eram feitas aos Deputados pelos elementos do público, já que, na sua opinião, uma crítica que lhe era feita, na condição de Deputado, era dirigida à Assembleia. Finalmente, pediu para ser informado sobre a constituição da Mesa.-----

---Foi dada a palavra à Senhora Deputada Marta Piscalho que começou por enaltecer a organização do Mercado de Natal, felicitando o Executivo mas, sobretudo, os trabalhadores da Câmara Municipal que tinham

tornado possível a concretização do evento em pouco tempo, usando os recursos disponíveis. Afirmou que o feedback sobre o Mercado de Natal tinha sido muito positivo.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira que considerou que, como tinha sido mencionado no período de intervenção do público, o próximo Regimento deveria contemplar um espaço próprio para o anterior Presidente da Câmara poder esclarecer e defender-se de eventuais acusações já que ao eleito da CDU, Mário Pereira, não cabia responder às questões colocadas pelo público porque, considerou, seria uma perversão da lógica da democracia e do princípio básico da lealdade na intervenção política. Relativamente às Águas do Ribatejo, afirmou não ser defensor oficial e/ou oficioso da empresa, tendo, enquanto Vereador, votado contra a criação das Águas do Ribatejo naquele modelo concreto. No entanto, acrescentou que Alpiarça teve um investimento superior a oito milhões de euros, em 2010, através das Águas do Ribatejo, correspondendo a necessidades da altura, acreditando que esse valor não seria replicado nos próximos anos porque o orçamento das Águas do Ribatejo teria que ser cinco, seis, sete vezes superior ao que era na realidade. Informou, também, ter sido recuperada a ETAR Municipal e que, quando falava dos oito milhões de euros de investimento, estava a falar no caso da ETAR Intermunicipal Almeirim/ Alpiarça contando só uma parte que coube ao Município de Alpiarça. Deste modo, concluiu, oito milhões de euros com a renovação completa da ETAR Intermunicipal, com a construção de raiz, em duas fases, da estação de tratamentos de águas da ETAR ,eliminando um problema grave no abastecimento e na qualidade que tinha a ver com arsénio e com manganês na água, a recuperação de todos os reservatórios do Concelho, a recuperação de todas as estações elevatórias de saneamento no Concelho, estando, em dois mil e nove, o esgoto a correr para a Vala de Alpiarça e para o Paul da Goucha, de ramais e algumas condutas principais no Concelho, tornava-se óbvio que, tendo Alpiarça beneficiado destes oito milhões de euros de investimento naquela fase, dificilmente, nestes últimos anos e nos próximos, teria um nível aproximado deste investimento, por isso, segundo afirmou, seria injusto da sua parte exigir ao atual Executivo Municipal que apresentasse um resultado semelhante já que essas exigências se colocavam, também, relativamente aos outros municípios e Alpiarça tinha dos níveis mais altos de cobertura quer do abastecimento de água de qualidade quer do saneamento, tanto na região como ao nível do país. Referiu, igualmente, que, enquanto foi Presidente da Câmara, e sempre que o público interveio, houve registo dessa intervenção naquilo que era fundamental. Seguidamente, questionou a senhora Vice-Presidente relativamente às obras em execução, nomeadamente a requalificação global da Escola EB 2,3/5 de Alpiarça, os arruamentos do Frade de Cima, o Canil/Gatil Municipal, o Parque de Autocaravanas, o Parque Ecológico dos Patudos e também a situação da Escola EB1JI de Alpiarça. Concluiu a sua intervenção, deixando uma nota de valorização do ato da Senhora Presidente da Câmara Municipal para consigo e para com o anterior Executivo da CDU ao tê-lo convidado para, com ela, inaugurar e abrir à utilização pública o Centro Cívico, tendo em conta o papel do anterior Executivo da CDU na realização da obra.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Abel Pedro que começou por referir que, relativamente à acusação formulada pelo Senhor Deputado João Osório, não se revia nas suas palavras já que considerava nunca tinha desrespeitado a Mesa. Quanto às reuniões da Assembleia no presente mandato, admitiu que existiram dificuldades relativamente à sua Assembleia, facto pelo qual pediu desculpa, considerando que compreendia os transtornos decorrentes da não entrega atempada dos documentos, mas não partilhava da mesma opinião relativamente aos horários das reuniões visto existir legislação que cobria a situação, nada impedindo que as reuniões fossem realizadas a determinada hora. Declarou, ainda, que os Deputados, como referido pelo Deputado João Osório, quando tinham sido propostos por uma lista já sabiam quais eram as suas obrigações e que, como elementos da Assembleia Municipal, tinham conhecimento que a Se-

nhora Presidente podia convocar para o horário que entendesse. No respeitante à intervenção do município João Serrano considerou que as atas da Assembleia Municipal, da qual fazia parte, estavam com a devida intervenção esplanada em papel daquilo que tinha sido dito. -----

---Foi dada a palavra ao senhor Deputado Jorge Costa que deu conhecimento da atividade mais relevante da Junta de Freguesia, nomeadamente a realização de obras em casa de uma família carenciada, pintura dos muros e gradeamento da Igreja, reparação e pintura dos bancos da Igreja, estando a decorrer a construção do muro e reparação dos bancos do Cemitério do Vale da Cigana. Informou, ainda, que continuava a recolha de móveis e eletrodomésticos para entrega a famílias carenciadas, tendo, igualmente, sido implementado o Centro de Compostagem Comunitária e entregues cabazes de Natal a municípios carenciados, em conjunto com a Câmara Municipal de Alpiarça.-----

---A Senhora Presidente da Mesa, enquanto aguardava pela entrada, via Teams, da Senhora Deputada Rita Conin e do Senhor Deputado João Céu, e de modo a rentabilizar o tempo, foi respondendo a algumas questões colocadas, nomeadamente por parte do Senhor Deputado Armindo Batata. Relativamente ao expediente da Mesa, afirmou que, com toda a certeza, iria partilhá-lo. No que à intervenção do público diz respeito, considerou que, conforme disposto no Regimento da Assembleia, qualquer cidadão podia fazer a sua intervenção, tendo solicitado ao Senhor Rui Gaspar, responsável da Biblioteca Municipal, espaço onde se encontrava o público a assistir à reunião, que a informação relativa ao nome, morada e assuntos a abordar fosse prestada, por escrito, e, posteriormente, lhe fosse entregue. Sobre a constituição da Mesa, questão colocada, também, por outros deputados esclareceu que tinha referido o assunto no início da reunião mas, possivelmente, não teria sido clara, já que a Mesa estava de acordo com a constituição aprovada aquando da tomada de posse, sendo constituída pela Presidente, pela Primeira Secretária, Alzira Agostinho, e pelo Segundo Secretário, Artur Sanfona. Informou que, na proposta do próximo Regimento, seria discutido o horário das reuniões da Assembleia, sendo que todos os Deputados tinham sustentabilidade legal para poderem estar presentes nas reuniões da Assembleia Municipal, durante o período normal de trabalho. Acrescentou que percebia as preocupações e assegurou que a intenção seria sempre optar pela melhor solução mas que, para poder estar na reunião de tomada de posse da CIMLT, tal como o Deputado João Osório, tinha havido necessidade de alterar o horário da reunião da Assembleia, sendo que os líderes de bancada foram escutados no respeitante às alterações verificadas, tendo-se mostrado colaboradores no processo.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Céu que começou por agradecer o respeito tido por toda a Assembleia, na pessoa dos seus líderes, em aceitar a sessão nos moldes em que a mesma estava a decorrer, permitindo minimizar o risco em que todos seriam colocados, atendendo a que o Senhor Deputado Celestino Brasileiro teria estado a preparar a anterior sessão com diversas pessoas e, ainda mais grave, todo o Executivo Municipal teria estado em contacto próximo com a Presidente da Câmara. Seria, por isso, desnecessário estar a colocar as pessoas em risco. Declarou que ao longo dos anos, tinha intervindo em várias reuniões da Assembleia Municipal sem nunca ter faltado ao respeito ao Presidente da Mesa, desafiando quem afirmasse o contrário. Posto isto, solicitou que o Executivo esclarecesse o ponto de situação das obras na escola e, seguidamente, relativamente à sua relação profissional com o Município, disse não reconhecer qualquer idoneidade pessoal ou profissional à pessoa que tinha colocado em causa a sua deontologia até porque, afirmou, o assunto já tinha sido abordado na Assembleia por outro deputado e que, naturalmente, iria utilizar os mecanismos ao seu dispor para não ser colocado em alguma situação de impedimento ou incompatibilidade, não podendo ser posta em causa a sua deontologia pessoal ou profissional.-----

---Foi dada a palavra à senhora Vice-Presidente que passou a responder às questões colocadas. No que diz respeito aos critérios para a distribuição dos cabazes de Natal informou que o critério foi distribuir aos funcionários no ativo, tanto através de recibos verde como os que tinham vínculo com o Município, tendo-se equacionado, numa primeira fase, em vez dos cabazes fazer-se um almoço. No entanto, afirmou, atendendo à situação pandémica tinham concluído que não seria aconselhável. Relativamente à poda das árvores, no largo da feira, informou que, efetivamente, tinha havido uma poda mais alargada, mais abrangente principalmente nas zonas que estavam em perigo, quer no que diz respeito à cobertura da nave quer no que diz respeito à instalação elétrica naquelas zonas. Confirmou que a Senhora Ministra da Agricultura, no passado mês, tinha visitado algumas empresas no ramo do setor agrícola, nomeadamente a VGT e tinha reunido com o Município, no âmbito de uma reunião de trabalho. No que diz respeito à questão levantada pelo Deputado João Pedro Silva, no que dizia respeito ao alcatroamento das ruas que estavam previstas no Frade de Cima, informou que não estava prevista, anteriormente, a aplicação do tuvenan e teria sido esse facto a causa da demora da obra que, assegurou, ficaria com melhor qualidade. No que diz respeito às raízes das árvores da estrada referida, afirmou não dever o problema ter surgido nos anteriores 60 dias, prometendo averiguar a situação. Relativamente às obras em execução, informou que, nas Escolas EB 2,3/ S e EB1JI as mesmas se encontravam em curso, tendo havido uma renegociação na escola sede devido a algumas situações não previstas no Bloco C, refeitório. No que diz respeito ao Centro de Recolha Oficial de Animais (CRO), esclareceu aguardar-se a receção da obra, tendo existido alguns problemas, nomeadamente na zona destinada aos gatos em que o que estava equacionada permitia que eles saíssem dos respetivos locais onde estavam alojados, daí ter sido necessário proceder a algumas alterações. Relativamente ao Parque de Autocaravanas, foi solicitado uma prorrogação do prazo e está prevista uma alteração da localização do mesmo. Relativamente ao Parque Ecológico dos Patudos informou que ficou suspenso, tendo a verba sido transferida para a requalificação da EB 2,3/ S.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Osório que questionou sobre o número total de cabazes distribuídos, o número de funcionários e o número de prestadores de serviço abrangidos. Aludindo à intervenção do deputado Abel Pedro afirmou que, de facto, tinha havido muitas vezes, na Assembleia, colegas dele de bancada que tinham o propósito de criar incidentes para denegrir a Mesa e quem dirigia os trabalhos.-----

---Foi dada a palavra à Senhora Deputada Fernanda Garnel, a qual declarou querer chamar a atenção da Mesa que não era um deputado que tinha que pedir desculpa pela forma como eram convocados, mas sim a própria Mesa, após o que se dirigiu à Senhora Presidente da Mesa fazendo o reparo que a Assembleia tinha um Regimento e não um regime.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira que, em relação à convocação da reunião disse não estarem para complicar nada, mas sim para procurar o melhor enquadramento para poder discutir e, eventualmente, aprovar documentos importantes para o futuro do Concelho de Alpiarça e para o funcionamento do Município, pelo que tinha concordado visto estar em causa o próprio Executivo Municipal já que, para além da Senhora Presidente da Câmara, eventualmente, haveria outros membros do Executivo e de apoio ao executivo com proximidade física constante que poderia levantar algumas questões relativamente a um ajuntamento no mesmo espaço. Contudo, disse considerar ser uma situação pontual, a não ser estendida a futuras reuniões porque, no seu entender, a videoconferência não poderia substituir a discussão cara a cara das questões ligadas às autarquias locais, além das questões técnicas que tal modelo provoca. Em relação à resposta da Senhora Vice-Presidente perguntou se, relativamente ao Parque Ecológico dos Patudos, se referia à intervenção prevista que estava aprovada. Esta tinha já o financiamento ga-

rantido, o projeto aprovado para intervir nas margens da Albufeira dos Patudos, incluindo, também, a própria criação de uma praia natural, pesqueiros, zonas de circulação, orçando à volta de 1 milhão de euros. No que respeita ao que faltava, tendo em conta a alteração de orçamento para a Escola EB 2,3/S relativamente às questões de conforto energético, eram cerca de 300 mil euros. Prosseguindo a sua intervenção, indagou se o Parque Ecológico dos Patudos era um projeto para desistir ou não e se sim, o que aconteceria ao remanescente da verba que não seria necessária para fazer face às alterações introduzidas no projeto da Escola EB 2,3 /S. Posteriormente, solicitou à Senhora Vice- Presidente informação sobre a localização do futuro Parque de Autocaravanas, tendo em conta que o projeto tinha sofrido alterações nesse âmbito.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Pedro Silva que questionou a Senhora Vice-Presidente sobre a data prevista para a aplicação de tuvenan porque, segundo afirmou, o contrato que tinha sido assinado previa a conclusão das obras em setenta e cinco dias, achando que estes já tinham passado. Em relação à estrada disse saber que a situação não tinha acontecido nos últimos sessenta dias, as raízes das árvores iam-se desenvolvendo, mas disse saber ter havido contactos por parte do anterior executivo com o proprietário acerca da situação, daí ter perguntado se já tinham alguma coisa prevista, falado com os proprietários porque, afirmou, a estrada estava a ser degradada diariamente.-----

---Foi dada a palavra à Senhora Deputada Anabela Costa, a qual expressou o seu agrado por ouvir a Deputada Marta Piscalho a elogiar os trabalhadores da Autarquia, considerando que, de facto, a iniciativa estava jeitosa, estava engraçada tendo sido pena o tempo e que sobre os custos da mesma abordaria no ponto seis. No respeitante à intervenção do Deputado Abel Pedro, a Senhora Deputada afirmou ter tido dúvidas sobre se estava a falar como membro do GAP ou como Deputado Municipal porque o assunto tinha a ver com a constituição da Mesa. Disse, ainda, que aquando da intervenção da Senhor Presidente da Junta se tinha lembrado de, apesar de não ser assunto da Assembleia, perguntar se o Senhor Presidente não se importaria de levar à Junta de Freguesia a questão das toupeiras que, segundo afirmou, existiam no cemitério e a questão do banco do jardim, colocado na Rua Manuel Paciência Gaspar, que estava torto, sendo de pôr um calce para que o banco ficasse direito. Em resposta ao Senhor Deputado João do Céu, declarou que não tinha posto em questão a idoneidade nem profissional nem pessoal do Senhor Deputado, querendo fazer ver e dizer que ele se encontrava na mesma situação que estavam os Senhores Deputados João Osório e Celestino Brasileiro, o que tinha sido muito criticado e que, no mandato atual, tinham o mesmo, não pondo em questão a idoneidade nem profissional nem moral até porque disse saber que a lei permitia esse tipo de situação. Em relação à questão da Ministra da Agricultura, disse tê-la colocado porque lhe parecia ser oportuna para abordar os vários problemas que afetavam o setor.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Abel Pedro, o qual esclareceu, em relação à situação que lhe foi apontada pela Deputada Anabela Costa que, efetivamente, não se referia à Mesa da Assembleia mas de poder ter tido alguma participação no sucedido. Reconheceu que, na bancada do CDU, existiam deputados que pertenciam ao GAP e, por isso, tinham sido levantadas questões, que tinham sido devidamente resolvidas, sendo, então, dito que não era nada impeditivo. A partir desse momento, essa situação nunca mais teria sido abordada, conforme poderia ser verificado em atas. Acrescentou que o Deputado Abel Pedro, que exercia outro tipo de funções, estava a fazer o mesmo que o Deputado João Osório tinha feito anteriormente, com uma diferença que o Abel Pedro nunca tinha sido e nunca iria ser Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, coisa que tinha acontecido no anterior mandato em que o Senhor Deputado, anterior Chefe de Gabinete, tinha chegado a ser Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em substituição do Senhor Presidente Fernando Louro. -----

---A Senhora Presidente da Mesa interveio para esclarecer que a segunda ronda surgia no caso de dúvidas colocadas já anteriormente, dizendo, ainda, que relativamente à atividade da Junta de Freguesia, existiam elementos na bancada da CDU na Assembleia da Junta de Freguesia, local próprio para a exposição dessas dúvidas já que o período que existia para resposta era dirigido ao Executivo.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Jorge Costa que, perante a intervenção da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, prescindiu do seu uso.-----

---Foi dada a palavra ao Executivo, concretamente à Senhora Vice-Presidente, Margarida Rosa do Céu, que, relativamente à questão do número de cabazes informou que aos funcionários do Município tinham sido atribuídos cento e sessenta cabazes (não tendo sido contemplados os elementos do Executivo), vinte seis a funcionários do IEF, quarenta e oito aos bombeiros, seis aos elementos da Junta de Freguesia e seis a quem estava a recibos verdes. Informou, ainda, que tinham sobrado dois cabazes, alocados à Ação Social que tinha decidido quem, mediante os critérios existentes, poderia receber esses cabazes. Relativamente ao Parque Ecológico dos Patudos, a Senhora Vice-Presidente informou que o concurso tinha ficado deserto e a verba tinha sido alocada às obras da EB 2,3/ S visto existirem algumas situações que não estavam contempladas, nomeadamente o projeto dos incêndios, intervenção no bloco C e aquisição de recheio. Relativamente ao Parque de Autocaravanas, informou que o mesmo se encontrava em análise, estando prevista a sua localização numa zona que ficava a seguir à entrada do Parque de Campismo. Sobre a questão do alcatroamento no Frade de Cima, declarou que o tuvenan já tinha sido adquirido, o cilindro já estava no local, esperando-se que a empresa iniciasse a obra. Quanto ao banco na Rua Manuel Paciência Gaspar referiu ir a situação ser analisada.-----

---PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

---Ponto 01 - Informação escrita da Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça acerca da atividade do Município e da sua atividade financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para conhecimento.-----

---Foi dada a palavra à Senhora Vice-Presidente, Margarida Rosa do Céu, começando por afirmar que, relativamente à atividade relevante, tinha planeado salientar alguns aspetos, no entanto constatou que tinham sido abordados no período antes da ordem do dia, pelo que passou a informar sobre algumas reuniões que tinham tido lugar, nomeadamente com a Tecnorém e o Agrupamento de Escolas sobre as obras da EB2,3/ S, realçando o trabalho que tinha sido feito juntamente com o Agrupamento de Escolas que tinha permitido reduzir o número de contentores alocados de dezoito para quatro, possível graças à colaboração do Agrupamento, na pessoa da Senhora Diretora bem como das responsáveis pelos horários. Realçou, também, situações em termos de promoção do Concelho, como a presença no Festival Nacional de Gastronomia em que, como informou, tinham estado presentes a Escola de Música da Sociedade Filarmónica Alpiarcense, o Rancho Folclórico da Casa do Povo, o Grupo Etnográfico Albandeio, representantes dos restaurantes, tendo tido lugar de realce a gastronomia do concelho. Referiu, também, a inauguração do Mercado de Natal e a distribuição de cabazes de Natal aos funcionários.-----

---A Senhora Presidente da Mesa interveio, perguntando aos presentes se pretendiam usar da palavra.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira que, em relação aos contentores informou que o trabalho que tinha conduzido ao apuramento do número de contentores necessários, também tinha sido

feito em articulação com a Direção do Agrupamento e com a Tecnorém e, da parte da Câmara, com a articulação e envolvimento do Gabinete de Educação. Expressou, igualmente, o seu desejo de que a redução de contentores fosse ao encontro das necessidades do funcionamento, em condições, do Agrupamento. Posteriormente, abordou a situação financeira, dando nota que esta questão tinha surgido, tendo sido dito de forma leviana, errada, mentirosa que a situação financeira do Município era muito difícil, era ruim, considerando o Senhor Deputado que não era muito favorável, sendo evidente que, em vez dos quase 5 milhões, se não houvesse endividamento seria muito melhor. Acrescentou que o PS, no atual mandato, está a começar com um número de endividamento muito inferior ao existente em dois mil e nove/ dois mil e dez sendo que, durante o período de governação CDU, tinham sido reduzidos mais de sete milhões e meio de euros de dívida pelo que, concluiu, ser a atual situação financeira incomensuravelmente mais favorável que a existente em dois mil e dez.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Armindo Batata que referiu constar no relatório em análise uma reunião sobre o Parque de Autocaravanas. Seguidamente, expressou a sua opinião sobre a localização do Parque de Autocaravanas junto ao Parque de Campismo, afirmando que, regra geral, os concelhos tentavam implantar os parques de autocaravanas num sítio urbano para que esse parque servisse de dinamizador do comércio das atividades locais. Acrescentou, ainda, que quem ia pôr uma caravana no Parque de Campismo tinha dificuldades em ir às compras, pelo que, na sua opinião, iria avisar outros autocaravanistas desse constrangimento, relativamente ao Parque de Alpiarça. Concluiu afirmando que, de facto, o local era bonito, interessante, com uma bela paisagem, mas não dinamizaria o comércio local. -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Osório que disse ter constatado no documento que, no dia 12 de novembro, teve lugar uma reunião da Associação de Bombeiros Profissionais, sendo, também, mencionada uma reunião com a Senhora Arquiteta Margarida Colaço da ARESTA- Estratégia Local de Habitação, inquirindo sobre o teor da referida reunião. -----

---Foi dada a palavra à Senhora Vice-Presidente, Margarida Rosa do Céu. Esclareceu que, no respeitante aos contentores, tinha-se optado, também, por uma rentabilização dos espaços disponíveis nas escolas e que, conforme o Agrupamento tinha solicitado posteriormente, estava a ser colocado um telheiro. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Armindo Batata, referiu que iriam ter em atenção a análise apresentada sobre a localização do Parque de Autocaravanas. Atendendo a que, na reunião do dia 12 de novembro, só a Senhora Presidente esteve presente, a informação solicitada pelo Senhor Deputado João Osório seria fornecida posteriormente.-----

---Ponto 02 - Relatório Preliminar - Estratégia Local de Habitação de Alpiarça. Para conhecimento.-----

---Foi dada a palavra à Senhora Vice-Presidente, Margarida Rosa do Céu. Declarou que o documento apresentado era um instrumento no âmbito estratégico cujo objetivo era gerar e estabelecer as bases de política municipal, orientado para garantir o acesso habitacional a todos os segmentos populacionais e para a qualificação do edificado, enquanto fator de atratividade residencial no Concelho. Afirmou, ainda, que o relatório tinha sido incluído numa reunião de Câmara onde tinha sido aprovado por unanimidade.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira. Informou que o processo vinha do anterior mandato, conforme atestava a assinatura do então Vereador João Pedro Arraiolos, mais acrescentou ser o resultado de um trabalho colaborativo entre a Câmara e um conjunto de entidades incluindo, também, uma prestação de serviços pela empresa Terrisirga. Terminou a sua intervenção expressando o seu desejo de que o documento pudesse ser um instrumento que fosse ao encontro das necessidades habitacionais no Concelho de Alpiarça e que definisse uma estratégia clara do Município na matéria.-----

---Ponto 03 - Proposta de emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos

plurianuais pela Câmara Municipal no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso. Para deliberação.-----

---Foi dada a palavra à Senhora Vice- Presidente que explicou tratar-se de uma proposta de emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, no âmbito da Lei dos Compromissos no que diz respeito ao artigo 22º decreto-lei 197/99 de 8 Junho que determina, informou, que a abertura do procedimento relativo a despesas que deem lugar em carga orçamental a mais do que um ano económico ou em ano que não fosse da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação de venda ou compra a prestações com encargos não podia ser efetivada sem a prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando resultassem de planos ou programas plurianuais, legalmente aprovados ou os seu encargos não excedessem 99.759,58. Adiantou, ainda, que considerando que os próximos documentos provisionais a aprovar seriam para o período dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte seis importava assegurar a concessão, por parte do órgão deliberativo, de parecer genérico favorável à sucessão de compromissos plurianuais resultantes de despesas correntes que cumprissem os requisitos legais e cuja execução prática não se coadunava com os trâmites da realização das Assembleias Municipais. Informou que a proposta de emissão de autorização prévia genérica tinha ido à reunião de Câmara onde tinha sido aprovada, por unanimidade, e vinha à Assembleia Municipal para deliberação. -----

---Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

---Ponto 4 - Proposta de autorização de compromisso plurianual para a Empreitada de Obras Públicas de Requalificação da Escola EB 2,3/S José Relvas de Alpiarça. Para deliberação.-----

---Foi dada a palavra à Senhora Vice-Presidente, Margarida Rosa do Céu, a qual informou que a empreitada de requalificação da Escola EB 2,3/S José Relvas tinha tido uma alteração a nível do cronograma financeiro o que obrigava a uma reprogramação do Contrato nº25, compromisso 1469/2020, no respeitante ao ano dois mil e vinte um. Acrescentou que, em dois mil e vinte e dois, a proposta tinha ido a reunião de Câmara onde tinha sido aprovada por unanimidade.-----

---Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

---Ponto 05 - Proposta de atribuição de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis. Para deliberação.---

---Foi dada a palavra à Senhora Deputada Alzira Agostinho que solicitou à Senhora Presidente da Mesa a dispensa de intervir no procedimento em análise, ao abrigo do artigo 44º, alínea b) do Código de Procedimento Administrativo, disposto, igualmente, no artigo 58º do Regimento, na medida em que tinha um familiar direto envolvido, sendo, considerou, parte interessada.-----

---- A Senhora Presidente da Mesa autorizou o pedido efetuado.-----

---Foi dada a palavra à Senhora Vice-Presidente, Margarida Rosa do Céu, que esclareceu surgir este ponto para dar cumprimento ao disposto no artigo 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, sendo que, e de forma a admitir a isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis, tinham sido realizadas as vistorias exigidas por lei, quer na fase inicial quer na final, cumprindo os requisitos constantes nas fichas numeral para atestar o nível de estado de conservação do edifício em causa, propriedade de: Raquel Lisboa Santos Romão e João Henrique Nunes Marques Agostinho, sito na Rua Silvestre Bernardo Lima nº76, 2090-144 Alpiarça. Inicialmente, tinha sido atribuído um nível de conservação mau e após a intervenção de reabilitação urbana foi-lhe atribuído um nível de conservação de excelente. Deste modo, acrescentou, cumpridos todos os dispostos presentes na legislação, a proposta vinha à Assembleia Municipal para deliberação.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira que disse ser a verificação do estado de conservação dos edifícios o resultado da intervenção na sociedade de reabilitação urbana da CIMLT, permitindo de-

finir as áreas de reabilitação urbana no Concelho de Alpiarça e nos outros Municípios da área de intervenção da Comunidade Intermunicipal, sendo que essa realidade vinha permitir que um conjunto de pessoas pudessem intervir na Área de Reabilitação Urbana, recuperando edifícios e beneficiando de algumas isenções e benefícios fiscais. Mais acrescentou que, no início, essa intervenção não tinha sido totalmente compreendida por algumas pessoas, inclusivamente por alguns eleitos autárquicos que tinham levantado diversas questões, dúvidas relativamente à importância daquela intervenção que o Executivo de então sempre dissera que era fundamental. Informou, ainda, que todo o levantamento que tinha sido feito de definição das Áreas de Reabilitação Urbana e a consequente possibilidade de se beneficiar de incentivos e de benefícios fiscais por parte de quem investia e intervinha na reabilitação era, na sua opinião, uma forma de captar novos residentes, fixar, sobretudo, os mais jovens sendo este em análise um caso claro desse género como outros que já tinham vindo aos órgãos autárquicos.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Osório que disse ter lido atentamente o documento estando completamente de acordo, subscrevendo, integralmente, as palavras do seu camarada Mário Pereira sobre o trabalho do executivo anterior em relação à marcação da criação das ARU um, dois e três, onde os jovens e não jovens poderiam criar melhores condições, havendo, segundo declarou, grandes reabilitações feitas no Concelho. No entanto, disse ter uma dúvida que se prendia com o facto de se votar um documento, uma proposta assinada pelo Senhor Vereador Jorge Freitas, a qual não punha em dúvida, mas a mesma mencionava documentos em anexo que, de facto, não tinham sido facultados junto com a proposta. Indagou junto da Senhora Presidente se ela lhe garantia fazer chegar, pelo menos à sua bancada, os anexos mencionados, de modo a sentirem-se mais confortáveis em votar favoravelmente.-----

---A Senhora Presidente da Mesa interveio, afirmando fazer todo o sentido fazer chegar os referidos anexos, assumindo essa responsabilidade.-----

---Foi dada a palavra à Senhora Vice-Presidente, Margarida Rosa do Céu, que declarou que, se os senhores deputados entendessem que era necessário, não sendo suficiente a aprovação do documento, por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal, certamente que os serviços enviariam a documentação para as bancadas. -----

---Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

---**Ponto 06** - Proposta de Documentos Provisionais para o Ano de 2022. Para deliberação.-----

---Foi dada a palavra à Senhora Vice-Presidente, Margarida Rosa do Céu, declarando considerar que os últimos anos tinham constituído desafios para todos e que os próximos iriam continuar a ser difíceis e desafiantes, em consequência da maior crise da vida atual. Deste modo, adiantou, entender ser essencial, enquanto Município, o combate ao isolamento da população, cada vez mais vulnerável, pretendendo-se fazer, brevemente, um levantamento das necessidades de apoio aos cuidadores informais junto da USF de Alpiarça e da UCC de Almeirim numa perspetiva de colaboração, estando, igualmente, prevista a inauguração, no final do mês de janeiro, da instalação do CLAIM em Alpiarça para responder à emergente necessidade de apoio à comunidade migrante. Neste âmbito, informou que dois técnicos do Município tinham recebido formação, durante os meses de novembro e dezembro. Informou, também, ser intenção do Executivo, a nível da educação, apostar nas atividades de enriquecimento curricular, criando um Projeto Educativo Municipal que garantisse a introdução de novas disciplinas quer a nível do desporto, da música, da arqueologia e da robótica, pretendendo-se, igualmente, rever a Carta Educativa e dinamizar o Conselho Municipal de Educação. Considerou que, também a habitação e o transporte público assumiam uma importância muito forte a nível do orçamento, bem como a execução da Estratégia Local de Habitação, no respeitante à reabilitação das frações, principalmente das que são pertença do Município. Continuou a sua in-

tervenção, afirmando a intenção de revisão do Plano Diretor Municipal (essencial para trabalhar a nível dos recursos hídricos) e implementação de uma alternativa ao incomportável consumo de água da rede pública para abastecimento das Piscinas Municipais e para a rega dos espaços verdes do Município. Considerou que o orçamento refletia, também, um reforço na aposta turística, centrada na promoção de riquezas do Concelho, na valorização dos produtos locais, das tradições culturais, ancorada na promoção e dinamização da Casa dos Patudos. Assumiu que o rumo traçado com início no presente mandato assentava nas sustentabilidades económica e financeira, mas que ambicionava o desenvolvimento e qualidade de vida de uma comunidade moderna. No entanto, reforçou apresentar-se um documento que refletia, igualmente, o momento de indefinição política a nível nacional. Concluiu que o orçamento e as grandes opções do plano estavam em sintonia com as linhas de orientação estratégica, realçando, neste âmbito, a promoção e captação de um investimento sustentável para o Concelho de Alpiarça, a revisão do Plano Diretor Municipal, a assunção das competências do Município nas áreas da educação e ação social, reestruturação orgânica da autarquia incutindo-lhe uma maior racionalidade, eficácia e eficiência, renovação sustentada e gradual do parque de máquinas e viaturas e modernização administrativa e técnica. -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Céu que solicitou ser esclarecido sobre o conteúdo da conclusão do texto introdutório onde era assumido o compromisso com o programado mas, por outro lado, referido não ser possível ir mais além devido às deficiências encontradas.-----

---Foi dada a palavra à Senhora Deputada Anabela Costa que disse não ver diferenças entre as grandes opções do plano apresentadas na presente reunião e as do executivo da CDU, no ano anterior. Gostaria de ver esclarecidos alguns aspetos, nomeadamente o facto da Senhora Presidente, na mensagem principal, referir preocupação, fruto da incerteza quanto à receita que o Município iria receber. No entanto, na sua opinião, a incerteza não devia ser só relativamente à receita, mas também à despesa. Referiu, ainda, que, dos pontos referidos pela Senhora Vice- Presidente, só o segundo era diferente do que estava no orçamento anterior, ou seja, no terceiro ponto teria sido substituída uma pequena palavra, ” proceder” em vez de “prosseguir”. Solicitou ser esclarecida sobre as candidaturas a serem apresentadas no Quadro Comunitário para dois mil e vinte, dois mil e trinta já que tinha constatado uma verba de cem mil euros para candidaturas e projetos. No orçamentado para feiras ArteNatal, Feira do Melão, Alpiagra disse existir um acréscimo considerável de noventa mil euros, quando ainda ponderavam realizar a Alpiagra. Como conclusão, afirmou que, por um lado, estavam preocupados com a receita mas não se inibiam em aumentar nas feiras e trinta e cinco mil euros em publicidade, devendo existir ponderação quanto à despesa.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Armindo Batata que considerou que as grandes opções do plano contemplavam tudo o que Alpiarça necessitava, faltando, unicamente, a estratégia condutora para unir todas as opções, já que, considerou, se estava acostado em ações pontuais. Seguidamente, defendeu que, como pequeno concelho em decréscimo populacional, seria necessário trazer pessoas, pelo que se devia criar projetos e estratégias para que fosse apelativo viver em Alpiarça. No respeitante ao trazer empresas, investimento, o Senhor Deputado disse que tal implicaria resolver algumas situações como a da Zona Industrial, a agressividade do meio urbano, a regularização da vida do dia a dia para pessoas e carros, de modo a tornar amigável o espaço urbano.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira que começou por referir que, tal como camaradas seus de bancada tinham dito, o orçamento era de continuação relativamente ao que tinha vindo a ser apresentado pela CDU nos últimos anos, admitindo que dois meses de gestão não permitiam grandes alterações em termos de linha condutora mas, de qualquer forma, conforme afirmou, havia alguma margem

para introduzir dados novos que pudessem fazer valer algumas das exposições que tinham sido assumidas por eleitos do Partido Socialista, no anterior mandato, muito críticos em relação às opções da CDU sendo que esses dois meses, associado ao período anterior de vários anos de oposição, com ideias próprias, poderiam trazer alterações consideráveis ao rumo do Município de Alpiarça. Após estes considerandos, afirmou que interpretava como uma solução de um caminho que tinha sido acertado por parte da CDU, nomeadamente os investimentos, as linhas de intervenção de coisas que ainda não tinham sido feitas e que se previa que viriam a ser, também, áreas a privilegiar por parte da CDU se tivessem continuado a ser maioria no Executivo Municipal. Consequentemente, afirmou que a sua bancada iria abster-se relativamente ao Orçamento para dois mil e vinte e dois, o Plano de Atividades e os outros documentos promocionais e abster-se, também, porque existiam alguns dados que não correspondiam exatamente à sua opção. Sobre a mensagem introdutória da Senhora Presidente da Câmara Municipal, relativamente à situação mais global do país, considerou natural que houvesse indefinição, tinha havido sempre indefinição havendo anos em que os cortes a partir das transferências de Estado tinham sido extremamente penalizadores dos Municípios bastando ver o período, ainda com o Partido Socialista, da intervenção da Troika com o PSD e CDS e o que tinha representado para as autarquias locais, para o poder local em Portugal todos os cortes, o incumprimento da Lei das Finanças Locais durante esse período. Considerou que o que se iria passar e a indefinição que existia também com a pandemia, não era, considerou, muito diferente daquilo que se passava anteriormente visto a Covid 19 e a situação pandémica ser uma realidade nos últimos dois anos, nunca tendo sido argumento, por parte da então oposição, que tivesse justificado alguns aspetos em termos de opções da maioria da CDU. Acrescentou considerar que, em relação ao último parágrafo, havia uma referência a algumas graves insuficiências que tinham sido encontradas, esperando, referiu, que as insuficiências não sejam uma dívida de treze milhões e trezentos mil euros no orçamento de receita de sete milhões de euros, como foi o que tinham tido em dois mil e nove e dois mil e dez, agravado pelos cortes da altura do Partido Socialista, esperando, assim, que essas insuficiências fossem, de facto, a situação que vinha reportada na informação apresentada no ponto um, sobre o que já tinha tido oportunidade de se pronunciar. Afirmou que a realidade em dois mil e nove e dois mil e dez tinha consistido em treze milhões e trezentos mil euros de dívida, numa receita anual sete milhões de euros e que, no atual mandato, se apontava para uma receita de onze milhões e oitocentos mil euros, com uma dívida de quatro milhões e qualquer coisa euros, não sabendo se isso justificava alguma insuficiência, esperando que não fosse um argumento, porque se o fosse seria completamente injusto e politicamente desonesto. Disse, também, que desejava que tais insuficiências não fossem o argumento para a impossibilidade de ceder uma simples saca de cimento por parte dos fornecedores por dívidas acumuladas na Câmara Municipal porque tinha sido essa a situação que tinham encontrado, pensando não ser o que se passava e que estariam para perceber quais eram as insuficiências.-----

---Foi dada a palavra à Senhora Deputada Fernanda Garnel, a qual afirmou que notava uma grande falta de medidas de captação de investimento, podendo-se dizer, afirmou, que o mesmo não contemplava medidas efetivas que levassem à criação de emprego, tratando-se de um documento que ficava muito aquém das expectativas, em termos do que qualificava o futuro, na sua opinião, um sacrifício evidente do futuro. Declarou, ainda, ser um documento sem estratégia e, como tal, penalizador das opções tão desejáveis. Concluiu que a proposta de orçamento vinha demonstrar que os anteriores também eram realistas e exequíveis a julgar pelo que estava a ser apresentado.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Abel Pedro que começou por lamentar o facto do tempo de intervenção continuar a ser ultrapassado. Afirmou que, para si, mais importante que o orçamento eram as

grandes opções do plano e o facto de, no documento, estar refletido o programa eleitoral apresentado pelo Partido Socialista, evitando-se assim, segundo afirmou, que, nas próximas eleições, houvesse a necessidade de repetir programas eleitorais como tinha acontecido, muitas vezes, em Alpiarça. Acrescentou que, depois de ouvir dizer que não existia a previsão de grandes intervenções a nível social, só podia concluir que ou não tinham lido ou achavam que a maioria eleita não era capaz de cumprir. No âmbito social, afirmou que, para além dos apoios existentes às famílias havia todo um incremento, nomeadamente com a implementação do CLAIM de Alpiarça. Declarou considerar importantíssima a revisão do PDM (que já devia ter acontecido havia muito tempo), de modo a possibilitar a instalação de empresas na Zona Industrial. Declarou sempre ter defendido que Alpiarça era um dos concelhos do distrito com mais capacidades em termos desportivos, uma pista de ciclismo única, umas das poucas naves cobertas para o atletismo, uma série de estruturas que podiam tornar Alpiarça um polo atrativo em termos desportivos e, infelizmente, isso não tinha acontecido. Em termos turísticos, defendeu que a Casa Museu dos Patudos veria reforçada a sua dinâmica cultural. Relativamente à Alpiagra e Feira do Melão, iniciativas do executivo da CDU, implementadas no concelho, estava prevista a sua revitalização. Seguidamente, acusou quem criticou o aumento da previsão de verba destinada à Alpiagra, mas não tinha visto o Festival Gastronómico incluído nesse evento. Lamentou, igualmente, que as opções relativamente ao Paul da Goucha e Zona Industrial não tivessem sido valorizadas por quem tinha lido o documento apresentado. Posto isto, o Senhor Deputado apelou à Senhora Vice-Presidente que explicasse o conteúdo da página cento e vinte e três, no referente às ações que tinham sido levantadas contra a Câmara Municipal, nomeadamente coimas da ASAE, dívida à Fundação José Relvas, dívidas que teriam originado juros e mais juros. Terminou a sua intervenção, declarando andar há muito tempo a ouvir o Senhor Deputado Mário Pereira a falar nos treze milhões, valor correto da dívida assumida. No entanto, referiu que o mesmo Deputado deveria, igualmente, falar do investimento que tinha sido feito, muito superior a treze milhões. Acrescentou que ninguém comprava uma casa a pronto e que, naquela época, tinha havido possibilidade de fazer contratos de programa que não eram cobertos na sua totalidade, havia uma parte que tinha que ser sempre paga pela Câmara Municipal. Informou que já tinha tido a oportunidade de perguntar aos seus colegas deputados da CDU qual, nas obras todas que o Partido Socialista tinha feito, era aquela que, se fossem Executivo, não teriam efetuado: infra-estruturas da Zona Industrial, Piscinas Municipais, Estádio Municipal, os alcatroamentos todos quer dos lugares quer das ruas de Alpiarça, Lavadouro, entre outras, na medida em que menos obra significava menos dívida. Lamentavelmente, declarou, nunca tinha obtido resposta. Porque, obviamente, todo o investimento realizado se refletiu na qualidade de vida dos Alpiarcenses, nunca se tendo falado na dívida anterior quando, em noventa e sete, o Partido Socialista tinha entrado na Câmara.-----
---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira que esclareceu ter sido intenção da sua camarada Fernanda Garnel expor a contradição do Partido Socialista, visto que as críticas que eram feitas em oposição tinham deixado de ter razão de ser porque estavam traduzidas nas opções do PS para o presente mandato, sendo exatamente a continuação de uma linha que tinha vindo do tempo da CDU. Sublinhou que o que se pretendia era, a partir de uma situação muito positiva em termos económico/financeiros do Município de Alpiarça procurar-se a encontrar justificações para algumas não realizações que seriam naturais porque não se conseguiria, nos primeiros anos, ir ao encontro de todas as expectativas que foram criadas em ano de eleições, pretendendo-se dizer que a situação financeira era muito difícil. Declarou que a situação não era difícil, era uma situação muito fácil, comparativamente à que tinham encontrado. Afirmou, também, que continuariam a falar dos treze milhões até quando e enquanto quisessem já que, estando em democracia usavam os argumentos que entendessem e que tinham sido usados sempre como uma prova

concreta da dificuldade prática de intervir por parte dos executivos da CDU. Acrescentou, ainda, que também tinham feito muita coisa num quadro em que tinham tido de pagar oito milhões de euros de dívida e que, além daquilo que tinham feito, se tivessem tido os oito milhões de euros para gastar, para investir, para desenvolver o Concelho “outro galo o cantaria” -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Céu. Começou por aconselhar que não se preocupassem com qualificação do futuro visto o plano prever iniciar um projeto educativo completamente diferenciador do que existia. Seguidamente disse que estavam outra vez a falar na dívida e que esperava que a bancada da CDU visse as reuniões da Assembleia como algo diferente, algo construtivo, algo que realmente permitisse trabalhar porque andavam há quase 13 anos a ouvir falar na dívida. Afirmou que estavam para construir e se era para destruir iam falar nos esgotos do Frade, os que o PS tinha pago e não existiam, mas a CDU tinha recebido o dinheiro. Questionou se era para continuar naquele registo ou se iam seguir em frente, trabalhar. Explicitou que se quisessem continuar, falavam dos esgotos dos Frade, dos oitenta e tal milhões que tinham sido investidos em Alpiarça, das obras que a CDU nunca tinha conseguido apontar as que não teriam sido feitas. Segundo o senhor deputado, o PS fez obra que tinha de ser paga ao longo dos anos, sendo o que teria de ser feito, acrescentou que todos os que compravam casa, nenhum, provavelmente, a tinha pago a pronto, tiveram que recorrer a financiamento e a questão que se colocava era uma: tinha sido difícil a situação, um facto. Contudo, o ativo que tinha sido deixado com treze milhões de dívida era muito superior ao ativo que foi deixado com cinco milhões de dívida. Declarou, ainda, que, presentemente, bastava andar de carro por Alpiarça e tinham ruas esburacadas que tinham sido pintadas de alcatrão, os passeios eram intransitáveis porque nem sequer tinham sido mantidos durante doze anos, considerando que se tratavam de ativos que a CDU tinha apanhado e não tinha sabido manter. Perguntou se valia a pena continuar a falar do mesmo já que, disse, tinham que respeitar, que estavam em democracia mas não podiam dizer tudo, a democracia era uma coisa construtiva e era por isso que lá estavam enquanto deputados, era para construir, se era para destruir, destruiriam todos e passariam o resto das Assembleias, enquanto houvesse memória, a falar dos treze milhões de dívida e nos esgotos do Frade.....

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Abel Pedro. Começou por referir que o deputado João do Céu tinha falado dos ativos e dos passivos e dos esgotos do Frade, mas poderia ter falado de muito mais sobre noventa e sete. Poderia ter falado da Segurança Social, a ADSE. A dívida à Segurança Social impedia o Município de recorrer aos apoios que havia para empregos, nomeadamente do IEFP. Perguntou à bancada do CDU que obra tinha o Partido Socialista feito que a CDU não teria executado para que os Alpiarcenses percebessem que, se o Partido Socialista não tivesse estado a governar o município, se tivesse estado a CDU, não tinham tido, se calhar, as Piscinas Municipais. Concluiu que era o que gostaria de saber. No entanto, disse preferir trabalhar em conjunto e melhorar Alpiarça que era isso que estava em causa, melhorar Alpiarça com as condições que tinham, não olhando para o lado, tentando respeitar as pessoas e perceber quais as boas ideias. Disse ser mais aliciante trabalhar assim do que continuarem a falar de uma dívida que, em dois mil e nove, as pessoas percebiam, quando se tinham candidatado que, havendo um investimento que tinha sido feito, que estava a ser pago, e que tinha que continuar a ser -----

---Foi dada a palavra à Senhora Vice-Presidente, Margarida Rosa do Céu, que informou terem estado a desenvolver contactos com E-Redes e que, brevemente, a subestação da Zona Industrial, poderá ser uma realidade. No que diz respeito à estratégia constante no programa afirmou que, com as condicionantes encontradas, não seria possível fazer tudo num ano e que tal se prendia com situações das quais iria só apresentar dois exemplos : o projeto das obras da EB 2,3/ S tinha sido reformulado, visto que não contemplava intervenções em estruturas que tinham sido alvo de multas por parte da ASAE, sendo este um

dos primeiros impactos que tinham tido aquando da chegada ao Município e o outro, sem o qual não era possível qualquer apresentação de candidatura que dizia respeito à revisão do PDM, sendo esta, considerou, ter sido completamente inesperada porque durante quase doze anos não se tinha avançado, tendo recebido um feedback na última reunião com a ARESTA que tinham estado a aguardar quase um ano por um documento, por parte do Município, o que fazia com que se não tivessem este processo concretizado ou minimamente numa fase de desenvolvimento. Em março do próximo ano, estavam impossibilitados de apresentar candidaturas pelo que este facto irá definir certamente todo o trabalho ao longo do atual mandato, ou seja, essencial agora era a revisão do PDM. Confirmou que propunham a realização de alguns eventos, nomeadamente o Festival Gastronómico não tendo, naquele momento, os números certos entre um e outro ano, concordando haver um aumento em determinados eventos que diziam respeito, também, à proposta do aumento de evento.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira que afirmou não estar a falar de dívidas, mas das situações concretas que podiam ou não criar dificuldades à intervenção municipal, ir ao encontro ou não das expectativas que eram criadas ao eleitorado. Afirmou que iria continuar a falar com toda a liberdade e que não ia responder aos Deputados Abel Pedro e Deputado João do Céu já porque também não recebiam lições de ninguém relativamente a posições construtivas em favor do desenvolvimento da comunidade. Declarou ter sido sempre a posição que tinham tido e iriam continuar a ter no futuro, ao contrário daquilo que tinha sido o passado, de autêntica guerrilha, porque a nível dos órgãos autárquicos também não surgia proposta nenhuma, havendo na sombra um conjunto de franco atiradores que faziam essa guerrilha. O Senhor Deputado afirmou que nunca tinham feito nem iriam fazer isso, iriam, abertamente, legalmente, colocar as questões, que entendessem, da forma como entendessem, inclusivamente para perceber e localizar o nível de expectativa que era possível de atender no futuro próximo, chamando a atenção à Senhora Vice-Presidente e sugerindo que pudesse analisar as coisas com mais cuidado porque eram muito sérias e não convinha dizer o que não correspondia à verdade, tendo sido referido que não havia financiamento para a escola, tendo havido dois milhões de euros. A verba mais alta de todas da Lezíria do Tejo, o dobro daquela que vinha a seguir, o Cartaxo, que tinha sido um milhão de euros. Esclareceu que tinham tido dois milhões de euros de financiamento, um milhão e setecentos mil do FEDER e o resto a cargo do Município, os quinze por cento que cabiam ao Município e que tinham procurado fazer face, tendo tudo sido desenvolvido e o processo estava lançado. Declarou que o Executivo atual tinha feito algumas alterações, não sendo de atribuir ASAE. Tinha, de facto, havido uma intervenção da ASAE, de responsabilidade do Ministério de Educação porque tinha sido uma intervenção na cozinha da escola EB 2,3/S cuja responsabilidade era do Ministério de Educação, do Governo, não era da Autarquia. Concluiu, afirmando que se a ASAE tinha intervindo tinha sido relativamente à responsabilidade numa área que era da responsabilidade do Governo. Relativamente à revisão do PDM, afirmou ter começado em dois mil e quatro, havendo, no momento, em todo o país, meia dúzia de Municípios que tinham conseguido ver o seu PDM aprovado. Outros, desde dois mil e dois, dois mil e três, dois mil e quatro, dois mil e cinco estavam em processo de revisão, o de Alpiarça incluído. Acrescentou que o PS, nos anos que tinha estado à frente do Município, não tinha deixado o PDM adiantado, pelo contrário e, também, nunca tinham estado um ano para responder a nada, tinham tido uma situação que tiveram que contratar serviços para fotografia aérea, o que tinha demorado mais algum tempo, não tinham estado um ano à espera de nada. Considerou que as alterações legislativas que tinham ocorrido por responsabilidade das maiorias que geriam o país é que tinham, de certa forma, feito atrasar todo o processo de aprovação dos PDM, incluindo alguns que iam ao Conselho de Ministros e eram chumbados.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Osório que, relativamente ao PDM, considerou abusivo da parte do Executivo Municipal dizer que a situação era da responsabilidade do anterior Executivo, sabendo de antemão que a questão, acompanhada, na altura, pelo Senhor Presidente tinha implicado, havia pouco menos de três meses, o envio de documentos para a empresa. Os referidos documentos, segundo disse, tiveram de ser preparados, devido a alterações da própria legislação, o que era uma constante. Considerou uma falsa questão, que estavam a tentar dizer que não havia desenvolvimento em Alpiarça, estando em causa as candidaturas onde isso era mentira ou então o país estava fechado, porque poucos ou nenhuns concelhos tinham PDM revisto. -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Céu dizendo que o que tinha indicado ao Senhor Deputado Mário Pereira era para colocar questões e não se limitar a um discurso de autoelogio cada vez que falava. Relativamente ao PDM, e falando na qualidade do cargo para o qual tinha sido nomeado no âmbito da Assembleia, afirmou que os elementos da bancada da CDU estavam enganados visto até ao final de março ter que estar revisto por causa da lei e estavam enganados noutra coisa: realmente o Executivo tinha-se enganado, não tinha sido quase um ano à espera de resposta do Município, mas sim mais de um ano à espera de resposta do Município e era certo que poucos teriam o PDM despachado nesta fase, mas mais certo era certamente que quase ninguém do país o teria tão atrasado como Alpiarça.-----

---Foi dada a palavra à Senhora Deputada Anabela Costa que lamentou não ter visto respondidas algumas das questões que tinha colocado à Senhora Vice Presidente.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira. Informou que iria enviar uma solicitação à Senhora Presidente da Mesa da Assembleia para diligenciar no sentido de apurar os elementos que tinham sido colocados relativamente à revisão do PDM, querendo que alguém se responsabilizasse pelas afirmações proferidas.-----

---Foi dada a palavra à Senhora Vice-Presidente, Margarida Rosa do Céu. Afirmou que, relativamente às questões que a Senhora Deputada Municipal, Anabela Costa, tinha levantado, esclareceu que a verba prevista para os espetáculos não eram noventa mil euros, eram cerca de setenta mil. Acrescentou que o aumento dizia respeito ao aumento do número de espetáculos e respetiva divulgação. Para as obras da EB 2,3 /S afirmou que não existia financiamento para cerca de setecentos mil euros, muito para além dos sete e meio por cento que cabiam ao Município, cerca de cento e cinquenta mil euros. Informou que os documentos referentes à revisão do PDM, mencionados pelo Deputado João Osório, tinham sido enviados em setembro, demorando, segundo transmitido numa das reuniões com a ARESTA, mais de um ano a serem enviados.-----

---Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria, 8 votos a favor (PS) e 8 abstenções (CDU).-----

---Foi dada a palavra à Senhora Deputada Anabela Costa que reclamou pelo facto de, na votação do ponto seis, não lhe ter sido dada possibilidade de fazer a declaração de voto o que, no momento, já não interessava.-----

---PERÍODO DO PÚBLICO -----

---Foi dada a palavra ao público, ao Senhor João Serrano. Começou por lamentar o constatado nas duas reuniões da Assembleia, concretamente a exigência a alguém que era do conhecimento de todos que se identificasse com a morada onde habitava, considerando intimidatório o tom e o modo usados no procedimento. Considerou que eram conhecidas, tendo o direito de falar independentemente de se gostar ou não. O cidadão, em uso da palavra, realçou o facto de ter sido, também, colocada a questão em relação a um

munícipe por, supostamente, se alongar na intervenção, porque não ele candidatar-se às próximas eleições para aí sim poder falar. Na sua opinião era algo grave, no sentido que era desnecessário, ficando mal a quem as colocava. Afirmou, ainda, que o rigor adotado pela Senhora Presidente era fundamental. Posteriormente, teceu algumas considerações relativamente ao Plano Estratégico para Alpiarça, concretamente ao facto de num Município predominantemente agrícola deveria ser enfatizada a ligação aos recursos da água, até porque, segundo afirmou, Alpiarça era dos poucos Concelhos do país que tinha nove espelhos de água: o Tejo, a Vala Real, a Vala do Patacão, a Barragem, cinco malagueiros, alguns dos quais tendendo a secar. Pelo exposto, reforçou a necessidade de uma estratégia comum para defender o referido património, valorizá-lo, assim como ao aspeto da arborização, da silvicultura. Por fim, abordou a questão da formação profissional, defendendo que Alpiarça não necessitava de cursos universitários, mas sim de cursos de formação profissional que capacitassem as pessoas para terem ferramentas para criarem os seus próprios empregos como, referiu, estavam a fazer com os cursos de formação profissional e capacitação em costura, bordados, tecelagem e olaria. -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Eduardo Costa. Deu início à sua intervenção associando-se ao que tinha sido expresso pelo munícipe João Serrano, no respeitante ao incidente que tinha sido provocado na Assembleia anterior e se tenha procurado que o ónus da responsabilidade causal tenha sido da Mesa. Realçou que o Senhor Deputado Armindo Batata pretendia o expediente da Mesa, o nome, a morada e o assunto que estava na inscrição do público e que não tinha atropelado o Regimento. No entanto, segundo afirmou, na sessão anterior, o referido Senhor Deputado tinha falado em averiguação, averiguar a morada, saber se a morada era legal, sabendo todos que o cidadão habitava no concelho havia quase quarenta anos. Atendendo a ter sido o único interveniente do público, o cidadão considerou um ato provocatório não para si mas para a casa da democracia. Considerou, ainda, que o Senhor Deputado tinha, na realidade, atropelado o Regimento porque tinha interrompido a Mesa, não tinha dito nem em que circunstância estava a falar nem que pretendia fazer o ponto de ordem à Mesa e aguardar que esta lhe desse ordem para falar. No seguimento da sua intervenção, o munícipe agradeceu ao Senhor Deputado Mário Pereira a intervenção exaustiva que tinha feito relativamente às Águas do Ribatejo, havendo, contudo, na sua opinião, duas questões que poderiam funcionar como alerta para o atual executivo: a diferenciação entre despesas de investimento e despesas de exploração e onde tinham sido concretizadas as despesas de investimento, de acordo com o orçamento das Águas do Ribatejo.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Armindo Batata que afirmou não ter comentários a fazer como Deputado, a Assembleia saberia o que se passava. Acrescentou que fazia parte da Assembleia ia para cinco anos e já tinha percebido que cada um dizia o que queria como tinha sido referido ao longo da sessão.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira. Declarou que o público sempre tinha intervindo nas reuniões da Assembleias Municipais e nas da Câmara Municipal, não era uma novidade já que o Regimento tinha sido aprovado pela maioria da CDU.-----

---Foi dada a palavra à Senhora Vice- Presidente, Margarida Rosa do Céu, que afirmou que iriam ter atenção às sugestões que tinham sido apresentadas, concretamente às do Senhor João Serrano com quem iria continuar a dialogar.-----

---ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

---A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Senhora Deputada Municipal Alzira Maria Nunes Cunha Agostinho para ler a minuta da ata, que foi colocada à discussão e votação.

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Armindo Batata que declarou não ter intervindo em defesa da honra, tinha sido uma consideração ao que tinha sido dito. -----

---- Posta a aprovação, a minuta foi aprovada por unanimidade.-----

---Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça, eram dezanove horas e onze minutos.-----

---Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

--- Presidente da Mesa Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira:_____

----1º Secretária Alzira Maria Nunes da Cunha Marques Agostinho:_____

--- 2º Secretário Artur Jorge Fernandes Sanfona:_____

Alpiarça, aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um. -----